



PEDAGOGIA CARCERÁRIA: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA EDUCACIONAL NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FRANCISCO BELTRÃO – PR

ISRAEL, Edivana Ribeiro¹
KOZELSKI, Adriana Cristina²

RESUMO

O presente artigo objetiva evidenciar as práticas e a influência dos profissionais da educação dentro do sistema penitenciário, investigando sua atuação como mediador da transformação social dos sujeitos apenados, averiguando problemáticas que o aluno e o educador enfrentam no processo de ensino e aprendizagem em um ambiente antagonista à educação. O trabalho delineou-se através de pesquisas bibliográficas, fundamentadas em conceitos desenvolvidos por autores que defendem a educação penitenciária como essencial para a ressocialização do sujeito privado de liberdade. A análise trata-se de um estudo teórico-prático, norteado pelos aspectos legais e pela investigação do contexto histórico, procurando demonstrar a relevância dos profissionais da educação no sistema penitenciário e sua participação no processo de ressocialização do indivíduo encarcerado.

Palavras chave: Educação. Sistema Penitenciário. Pedagogia. Ressocialização.

1 INTRODUÇÃO

A Pedagogia tem como objetivo os processos educativos, métodos e formas de ensinar e aprender. Buscando, assim soluções para a prática educativa integral e autêntica.

O Pedagogo é um profissional com formação acadêmica na educação, dispendo de novos campos de trabalho na contemporaneidade e oportunidades de atuação

¹ Acadêmica do oitavo período do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Pós-graduanda em Língua Brasileira de Sinais – Libras pela Faculdade de Ampere – FAMPER. E-mail: edivana.ribeiro.israel@gmail.com.

² Pedagoga e Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Docente da Rede Estadual de Ensino e da Faculdade de Ampere – FAMPER. E-mail: adrianaccristo@yahoo.com.br.

em locais não escolares, indiretamente ligados à educação, comportando assim, interesses de formação como o cárcere por exemplo, porém, é perceptível uma lacuna na formação dos profissionais que atuam nesta área, no momento em que são contratados.

A educação no cárcere é um modelo educacional direcionado a jovens e adultos que objetiva escolarizar, formar e qualificar pessoas temporariamente encarceradas, para que futuramente possam apropriar-se novamente do mundo social e do trabalho. Contudo esta temática ainda encontra-se distante dos tópicos de discussão sociais.

A assistência educacional em todos os presídios e para todos os encarcerados, não é uma realidade, tornando, mais do que nunca, necessário a atuação do pedagogo nessas novas perspectivas pouco pesquisadas.

Assim sendo, esta pesquisa tem o objetivo de investigar a atuação profissional do pedagogo e do professor no âmbito do cárcere, observando competências e habilidades desenvolvidas de acordo com o espaço pedagógico em que se encontram, e que possam auxiliar na reinserção social dos detentos pós-reclusão, ademais compreender como se dá a relação entre a instituição escolar e a instituição carcerária, já que têm objetivos divergentes dentro do mesmo espaço, outrossim identificar as ponderações que os encarcerados tem a respeito da educação carcerária a qual tiveram acesso.

Este estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica, observação de campo e entrevistas, em sua composição subdivide-se em tópicos: o primeiro consiste em uma súpula sobre o histórico das prisões ao decorrer do tempo; o segundo é uma explanação breve sobre Educação de Jovens e Adultos, Educação Carcerária e suas normativas na instituição; em sequência vemos a apresentação da estrutura organizacional adotada pela escola, e para finalizar a transcrição das entrevistas e questionários realizados durante a investigação da problemática.

2 AS PRISÕES NA HISTÓRIA

Historicamente, desde a origem da sociedade, houve certa ideação sobre sistemas de punição, contudo a ideia de prisão surgiu entre os séculos XVIII e XIX, seu maior objetivo era exercer controle social sobre a população, através do uso da punição. O conceito primordial era de que se a liberdade fosse retirada, a

consequência seria o arrependimento do crime cometido, e o indivíduo não cometeria novos crimes. Todavia esse foi o insucesso da época, pois assim que retornavam à sociedade, os sujeitos cometiam crimes mais perigosos. Michel Foucault (1987, p. 13) afirma:

Pensava-se que somente a detenção proporcionaria transformação aos indivíduos enclausurados. A ideia era que estes refizessem suas existências dentro da prisão para depois serem levados de volta à sociedade. Entretanto, percebeu-se o fracasso desse objetivo. Os índices de criminalidade e reincidência dos crimes não diminuíram e os presos em sua maioria não se transformavam. A prisão mostrou-se em sua realidade e em seus efeitos visíveis denunciadas como “grande fracasso da justiça penal”.

Houveram muitas tentativas para combater essa problemática no decorrer da história, e de fato alguns sujeitos não cometiam novos crimes, porém a margem de sucesso da reinserção social ainda era baixa. Somente por volta da década de 1950, quando o sistema educativo passou a fazer parte da realidade das instituições prisionais é que, com efeito, esse sucesso ocorreu. Inicialmente a educação era um passatempo para os detentos, uma maneira de mantê-los sob controle, entretanto aos poucos ganhou lugar de importância dentro das instituições penitenciárias.

Antes mesmo do surgimento destas instituições específicas no estado do Paraná, os sujeitos privados de liberdade já eram marginalizados pela sociedade, isso ganhou mais força em razão do modelo administrativo que perdura na organização destas instituições, que dentre seus desacertos conta com superlotação, deterioração da infraestrutura, corrupção de agentes penitenciários, falta de apoio de autoridades governamentais, rebeliões, falta de uma legislação que favoreça os direitos do cidadão apenado, falta de segurança e pessoal capacitado para realizá-la e o alto índice de reincidência, demonstrando as baixas possibilidades de recuperação dos apenados e ao mesmo tempo, o desperdício do dinheiro público.

Corroborando para culminar essa situação, a sociedade se mostra despreparada para lidar com esses sujeitos pós-reclusão, ou seja, quando o detento é reinserido no meio social, é constantemente confrontado sobre sua posição perante a lei, mesmo não constando nenhum débito com a legislação vigente.

Muitas das problemáticas enfrentadas dentro das prisões, são provenientes de fora delas, porém os impactos são sofridos pelos encarcerados, a falta de

profissionais em diversas áreas (médica, educacional, carcerária) são exemplos dessas dificuldades. A autora e pesquisadora Elenice Maria Onofre (2011, p. 08), postula que:

Os presos fazem parte da população dos empobrecidos, produzidos por modelos econômicos excludentes e privados dos seus direitos fundamentais de vida. Ideologicamente, como os “pobres”, aqueles são jogados em um conflito entre as necessidades básicas vitais e os centros de poder e decisão que as negam. São, com certeza, produtos da segregação e do desajuste social, da miséria e das drogas, do egoísmo e da perda de valores humanitários. Por sua condição de presos, seu lugar na pirâmide social é reduzido à categoria de “marginais”, “bandidos”, duplamente excluídos, massacrados, odiados.

Assim, as prisões são reflexos das vivências da sociedade, muitos ainda pensam que sujeitos encarcerados não precisam de proteção, educação e saúde, no entanto esta premissa é contestável. Essa pré definição desenvolvida histórica e culturalmente pela sociedade, afeta inclusive a educação nas prisões, que vem a ser tratada como privilégio e não como direito do cidadão, previsto em legislação. De acordo com o Regimento Escolar Prisional do Estado do Paraná, em seu Artigo 7º:

A Educação de Jovens e Adultos ofertada aos privados de liberdade é um direito humano subjetivo, previsto na legislação internacional e brasileira e faz parte da proposta de política pública de execução penal com o objetivo de possibilitar a reinserção social do apenado e, principalmente, garantir a sua plena cidadania.

Portanto, além de direito nacional, é um direito internacional do encarcerado o acesso à educação, contudo a sociedade não está preparada para ver esses sujeitos desta forma.

O ensino no cárcere enfrenta muitas problemáticas na legislação brasileira, por exemplo, a Lei da Execução Penal, Lei 7.210 de 11 de julho de 1984, afirma a remição de pena pelo trabalho e/ou estudo, sendo 1 dia de pena a cada 12 horas de frequência escolar e 1 dia de pena a cada 3 dias trabalhados (Art. 126), mas o processo burocrático da remição pelo estudo é bem mais árduo e lento que o do

trabalho, assim, o sujeito opta por trabalhar e não estudar, situação semelhante ao que acontece diariamente em escolas convencionais.

As prisões tornaram-se mais ambientes de punição do que de recuperação dos encarcerados, quando na verdade deveriam ser locais de superação de conflitos, promovendo a recuperação dos vínculos entre encarcerado e sociedade. O desenvolvimento de atividades educativas é muito necessário, pois se aplica tanto no sistema organizacional da penitenciária quanto no aproveitamento do tempo dos detentos com algo valioso.

3 EDUCAÇÃO CARCERÁRIA

Através da pesquisa bibliográfica, notamos que em algumas instituições, professores relatam ausência de qualquer tipo de treinamento para trabalhar com esse público de alunos privados de liberdade e constantemente precisam adaptar-se às mudanças da instituição judiciária para conseguir ensinar da melhor forma possível.

Além disso a periculosidade dos locais é muito alta, os desafios psicológicos e emocionais são constâncias na vida do professor. Conforme Amorim (2001, p. 45):

Deve-se considerar também que o ambiente prisional é violento, desencadeia um permanente estado de vigilância provocando assim uma forte tensão emocional. Potencializa desânimo em alguns, desespero e medo em outros. Qualquer mudança na rotina gera instabilidade, pois pode se tratar de brigas, rebelião, inspeção policial, morte de algum detento. Essas situações geram interferências e desviam a atenção ou concentração do aluno e também do educador, prejudicando assim a prática escolar. Enfocando a sala de aula, as principais dificuldades são relativas à heterogeneidade do grupo de alunos. A idade, o grau de instrução, a formação cultural, a quantidade de meses ou anos que abandonou a escola, o tempo que está preso e o período que ainda vai permanecer no cárcere. Estas categorias variam entre os alunos de forma acentuada.

Neste espaço, a educação precisa ser pensada acima de tudo como transformadora, de conscientização dos sujeitos privados de liberdade, fazendo com que reconheçam seus direitos e deveres, e resgatem seus valores culturais. O professor deve mediar o ensino e aprendizagem, enfatizando o conhecimento prévio desses alunos e ao mesmo tempo trazendo suas vivências, gerando um sistema de

trocas de experiências com os educandos, deixando de lado a visão da pedagogia tradicional, relacionada à essa modalidade de ensino. De acordo com Paulo Freire (2001, p. 35):

Acredito que seja nosso dever criar meios de compreensão de realidades políticas históricas que dêem origem a possibilidades de mudanças. Penso que seja nosso papel desenvolver métodos de trabalho que permitam aos oprimidos (as), pouco a pouco, revelarem sua própria realidade.

Não se trata apenas de oferecer educação formal aos sujeitos, mas de lhes dar uma oportunidade de repensarem sua visão de mundo. “Os incentivos às ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, leitura e formação dos profissionais – agentes e educadores – são fundamentais para uma reorientação da educação em prisões. ” (IRELAND, 2011, p.31).

3.1 EDUCAÇÃO CARCERÁRIA NO PARANÁ

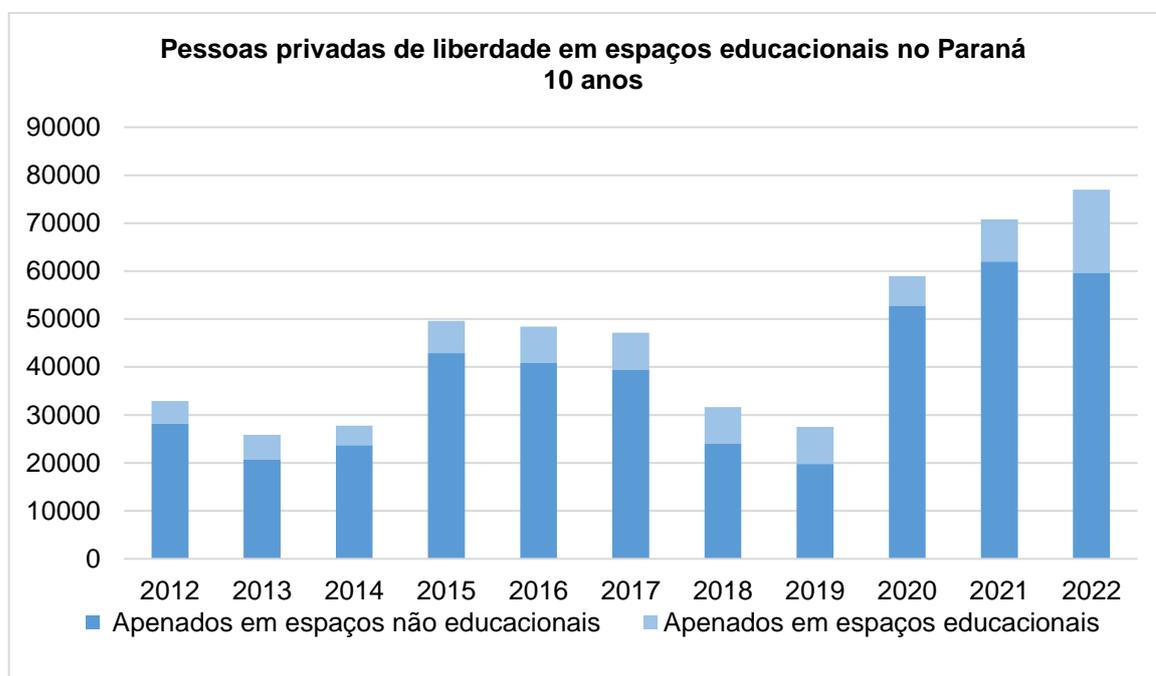
O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), através do Setor de Educação e Capacitação, almeja viabilizar a Educação Básica, iniciação e Qualificação Profissional, participação em Exames, Programa Remição pela Leitura e Projetos nas áreas Educacional, Cultura e Esportes às pessoas em situação de privação ou restrição de liberdade do Sistema Prisional do Paraná.

A educação (acesso, permanência e sucesso) é um direito das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) do regime fechado, semiaberto, monitorados e demais custodiados do Sistema Penal. Para subsidiar esse direito, desenvolveu-se uma série de programas, projetos e ações educacionais que possibilitem ao apenado a conclusão de sua escolarização básica, ingresso no ensino superior e qualificação para o mundo do trabalho.

De acordo com o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN, no primeiro semestre de 2022 a população carcerária masculina no estado do Paraná atingiu a marca de 76.964 pessoas, passível diferença se comparado com o mesmo período de 2021, em que constavam 70.788 apenados.

Ademais as pessoas privadas de liberdade em áreas educacionais em 2021 eram 8.775, no mesmo período de 2022 a estatística atingiu 17.296 pessoas, aumento notável se considerarmos que no estado do Paraná estão ativas 23 Penitenciárias e que destas apenas 35% contam com Módulo de educação com salas de aula e suporte para atendimento educacional.

O gráfico abaixo exemplifica o número de apenados dentro do Sistema Prisional nos últimos 10 anos, no primeiro semestre de cada ano, e apresenta ainda um comparativo entre as pessoas privadas de liberdade em áreas educacionais de cada ano.



Fonte: Arquivo Pessoal. 2022.

Os dados disponibilizados pelo SISDEPEN, culminam na relevância do bom funcionamento do sistema educacional penitenciário e sua influência no sucesso efetivo da ressocialização dos sujeitos, além do aumento na busca dos apenados pelo estudo.

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Dentro das prisões brasileiras a modalidade de ensino adotada é a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa modalidade é rodeada de políticas públicas, financeiras, legislativas e jurídicas, além de ser um direito do cidadão encarcerado.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 208 coloca como dever do Estado proporcionar educação para todos, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, legisla da Educação Básica até a Educação Superior, em seu Artigo 3º incentiva o desenvolvimento de propostas de educação que visem a promoção da igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no processo educativo, determinando direito a educação acima de tudo.

A seção V da LDB, em seu Artigo 37, dispõe sobre a EJA:

A Educação de Jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos Fundamental e Médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

Sendo assim, a EJA em Prisões possui Plano Estadual específico, Proposta Pedagógico Curricular própria, dentre outras legislações específicas de cada instituição. É coordenada pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos - DEJA em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional –DEPEN; Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Secretaria Estadual da Educação e Núcleos Regionais da Educação.

Optou-se por esta modalidade de ensino devido a diversidade dos perfis dos educandos, já que há uma variação de faixa etária, nível de escolarização, situação econômica, e sobretudo inserção e permanência no mercado de trabalho antes e após a liberdade. O principal objetivo da educação carcerária é auxiliar na reintegração social, através da aquisição de conhecimentos no espaço escolar da prisão. O planejamento deve contemplar educação formal, educação informal e educação profissional.

Os pedagogos e professores que trabalham nessas instituições e com esta modalidade de ensino, enfrentam diariamente muitas dificuldades, tanto na parte pedagógica e didática, quanto no relacionamento com os funcionários do poder judiciário.

A EJA por se tratar de uma modalidade subjetiva da educação, não possui muitos materiais didáticos específicos disponíveis, já que a variedade do público com que ela trabalha é colossal, desenvolver materiais que abranjam todas as especificidades necessárias se torna quase inviável. Assim o trabalho da equipe de profissionais da educação de cada instituição se torna mais elaborado, uma vez que precisam encontrar uma convergência entre seu público de alunos para então, a partir de aí desenvolver planejamentos.

Os agentes judiciários, ademais, podem ainda não ver com bons olhos o trabalho desenvolvido pelos educadores, em muitos casos a ideologia é de que os detentos tiveram chance de estudar enquanto estavam fora da penitenciária e não a aproveitaram, portanto, desacreditando da recuperação do sujeito. A locomoção dos detentos até a sala de aula também é um problema, pois precisam ser levados pelos carcereiros que os conduzem das celas às salas, o que pode gerar atritos no percurso. A estrutura física das salas de aula é muito diferente do convencional, a distância entre professor e alunos é muito grande, devido as barras de ferro que os separam, e há toda uma organização para a segurança do educador e dos alunos, o que não favorece o desenvolvimento de atividades pedagógicas. De acordo com Lourenço e Onofre (2011, p. 20):

O espaço físico da sala de aula com dimensões bastante reduzidas minimiza a relação interpessoal entre os professores e alunos/presos, durante o processo de ensino aprendizagem, ocasionando de certo modo um ambiente que desmotiva a participação destes nas atividades educativas.

Opinar na defesa da educação no sistema prisional gera muita polêmica, que está diretamente ligada ao preconceito populacional sobre o assunto. Segundo Hora (2009, p. 39) “há certo constrangimento ao falar sobre o tema, porque a última coisa que o conjunto da população quer ouvir é a defesa dos direitos de quem feriu todos os direitos humanos”. O pedagogo e professor são defensores do direito à educação, logo o embate é inevitável.

5 CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS NOVOS HORIZONTES

Para a investigação assídua da problemática, em conversa com a Direção do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Novos Horizontes, Direção da Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão, Departamento Penitenciário Nacional e Núcleo Regional da Educação de Francisco Beltrão, optou-se pela realização de uma visita prática à Penitenciária para observação do dia a dia escolar e laboração das entrevistas. Durante a visita explorou-se a organização da instituição escolar diante das normativas penitenciárias que devem ser seguidas, o currículo utilizado nas aulas e a adaptação de horários que a escola segue.

As interlocuções com os profissionais atuantes na escola, foram divididas em: equipe administrativa (secretaria), direção acompanhada pela equipe pedagógica e por último os professores, em conjunto. Já a aplicação dos questionários com os alunos ocorreu através da mediação da orientadora desta pesquisa e direção da escola de Educação Básica do município de Francisco Beltrão em que os apenados desenvolvem o Programa Mãos Amigas³.

O Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Novos Horizontes (CEEBJA Novos Horizontes) está localizado dentro da Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão e oferta a Educação na Modalidade EJA, na forma presencial e presencial combinada com momentos a distância, com os seguintes níveis: Ensino Fundamental Fase I, Ensino Fundamental Fase II e Ensino Médio, nos períodos Matutino e Vespertino.

A Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão foi inaugurada em 07 de maio de 2008, localizada na Zona Rural do município, BR 483, KM 12, atende ao público do sexo masculino privado de liberdade em regime fechado, principalmente da região sudoeste do Paraná. Desde a sua criação as atividades educacionais foram ofertadas aos apenados, através de parceria entre a Secretaria Estadual de Educação (SEED) e da Secretaria Estadual da Justiça (SEJU), como Ação Pedagógica Descentralizada – APED, do CEEBJA de Francisco Beltrão.

³ Programa que consiste na utilização de apenados do Sistema Penitenciário fechado e semiaberto para execução de serviços de manutenção, conservação e reparos de unidades escolares e de imóveis do patrimônio público, conferindo-lhes oportunidade de participação ativa junto à sociedade.

Em 2012 houve criação, credenciamento e efetivação de uma escola autônoma, em espaço cedido e adaptado, dentro das dependências da Penitenciária. Com o tempo o estabelecimento de ensino passou a denominar-se Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Novos Horizontes. Este nome representa a necessidade de um olhar humanizado para esses sujeitos e melhores condições de inclusão social, através da educação, no anseio de novos horizontes, para conquistar um futuro mais esperançoso.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da instituição, a escola no interior do presídio tem o desafio de desconstruir a concepção de ambiente desumanizado e de negação de direitos, pois a Educação no espaço prisional é um precioso mecanismo de valorização das ações que elevam a autoestima do jovem, adulto e idoso privado de liberdade.

Através da observação de campo, bem como do Projeto Político Pedagógico (PPP) e Proposta Pedagógico Curricular (PPC) constatamos que a Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão disponibiliza 5 salas de aula com capacidade para 20 educandos cada e 1 espaço adaptado para sala de aula com capacidade para 12 educandos, por se tratar de uma Unidade Penal, em todas as salas estão instaladas câmeras de segurança que ficam à disposição dos profissionais para checagens durante o dia, sendo que a qualquer sinal de perturbação das aulas os agentes penitenciários são acionados.

O CEEBJA Novos Horizontes possui 17 funcionários, pós-graduados, estatutários e selecionados através de edital, assim distribuídos: 11 professores, 1 Direção (40 horas), 2 pedagogos um em cada turno de funcionamento (20 horas), 1 pedagogo penal (40 horas), 2 Agentes educacionais II (40 horas), sendo que um ocupa função de Secretário, 1 Agente Educacional I (40 horas) e 2 professores um em cada turno (20 horas) para o atendimento do Projeto Remição pela Leitura, ofertado mensalmente pelo DEPEN.

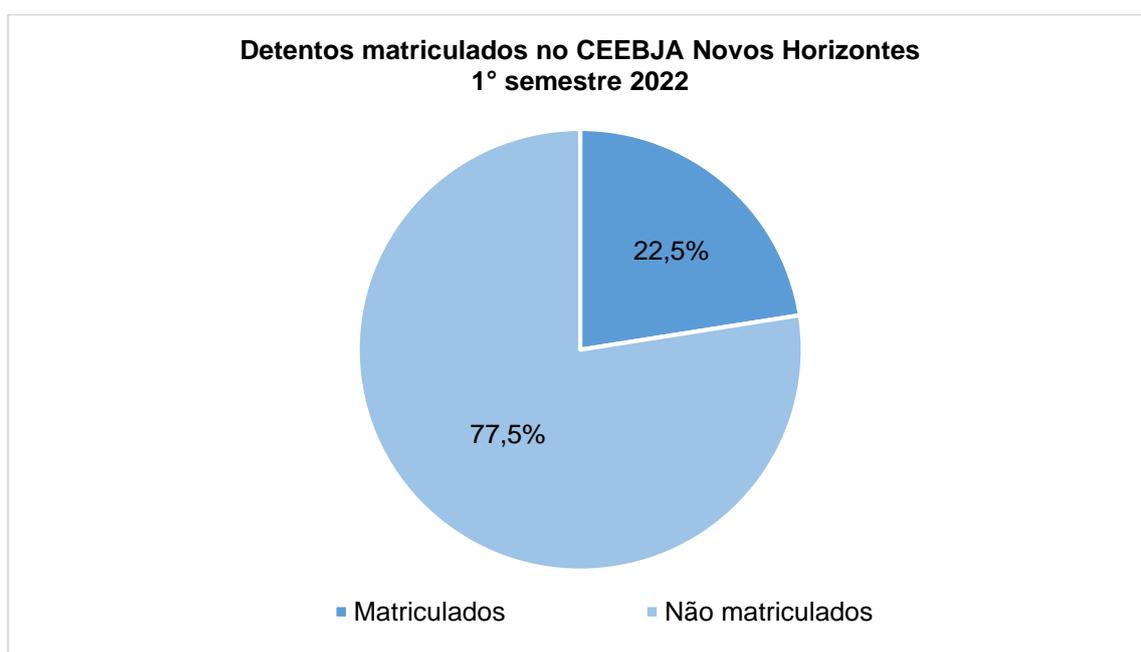
Ainda são desenvolvidos em conjunto com a Unidade Penal e com outras entidades: o Projeto ExpressAr-te “Desenho e Pintura”, Projeto “Poesia” na Semana do Encarcerado e do Estudante, Projeto “Contos de Natal” em parceria com o DEPEN, Projeto “Inovação – Tela Multicultural”, Projeto “Ver para Aprender” e o Projeto “Conhecer para aceitar”.

Observamos a importância e a necessidade destes projetos dentro da realidade do aluno apenado, a dedicação e empenho aplicados por eles durante a elaboração é um fato inerente ao sucesso da instituição escolar nesse espaço.

No entanto por se tratar de uma Penitenciária que atua em Regime Fechado, algumas situações que fariam parte do dia a dia educacional não são possíveis como por exemplo, uso do laboratório de informática, ida à biblioteca, uso do laboratório de química, física e biologia, espaço para prática de esportes, o que de certa maneira dificulta o trabalho dos professores que precisam desenvolver os planejamentos baseados apenas na parte teórica dos conteúdos, desmotivando também os alunos a frequentarem algumas aulas.

Grande parte dos detentos que se encontram no Sistema Prisional possuem baixa escolaridade, não têm formação profissional específica, não trabalhavam com carteira assinada e as profissões eram informais, com destaques para servente de pedreiro, agricultor e serviços gerais. Cumprindo pena por diferentes causas, a escola não investiga acerca da trajetória que os levou a condição de aprisionado, prezando pelo direito a educação pública sobre tudo. A idade dos alunos varia entre 18 anos a 76 anos, de acordo com o PPP.

No primeiro semestre de 2022, através de dados levantados pela escola, notamos o número de apenados matriculados no CEEBJA. Conforme gráfico a seguir:



Fonte: Arquivo Pessoal. 2022

Devido à alta rotatividade de detentos, a variação de matrículas é muito alta, sendo que em alguns meses o número de alunos é sobressalente ao suportado, em outros é muito inferior. Nesta pesquisa, de 1202 detentos que se encontravam na Penitenciária, apenas 270 frequentavam as aulas.

5.1 EQUIPE ADMINISTRATIVA

Através de entrevistas, realizadas no dia da visita prática, com a equipe administrativa, responsável também pela secretaria da escola, percebemos a organização da instituição em 32 turmas, que variam de 270 a 300 alunos, segundo acompanhamento mensal mantido pela instituição escolar.

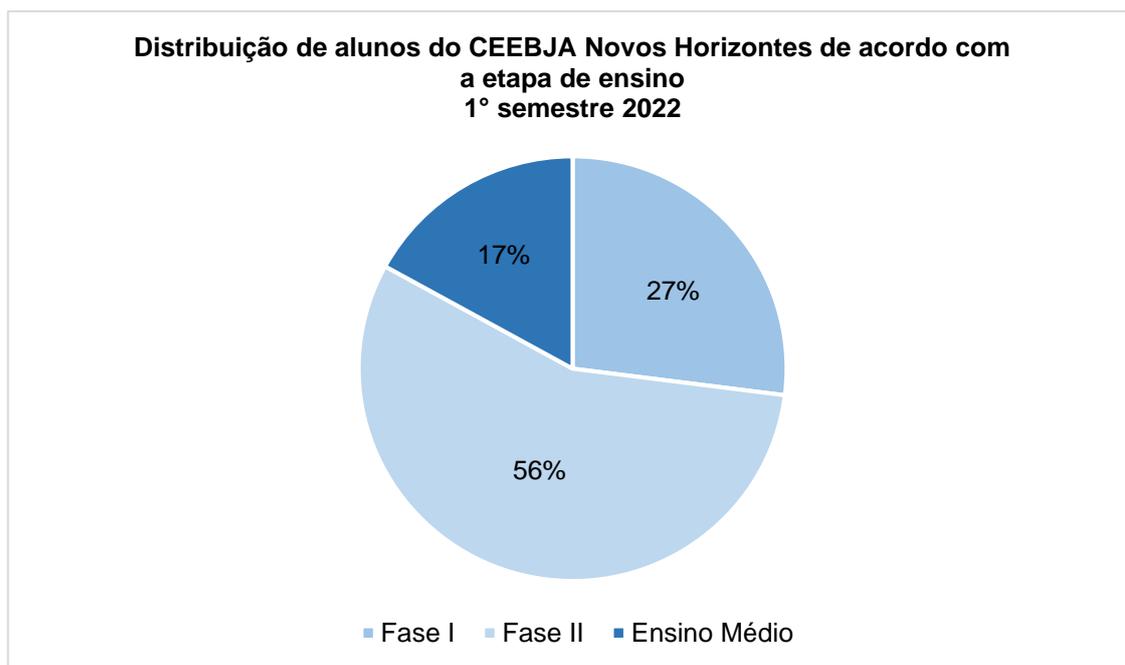
As matrículas são organizadas por disciplinas, seguindo a Educação 20/80, em que 20% das atividades são realizadas em sala de aula e 80% nos cubículos. Com exceção dos alunos matriculados na Fase 1 do Ensino Fundamental, alfabetização, em que as aulas são 100% presenciais.

A organização ocorre da seguinte forma: no Ensino Fundamental - Fase I compreendendo do 1º ao 5º ano, a carga horária total é de 1.200 horas nos períodos da manhã e tarde, totalizando 27% dos alunos matriculados na escola.

O Ensino Fundamental – Fase II, compreendendo do 6º ao 9º ano, com Carga horária de 1.600 horas e ofertando as disciplinas de Arte, Ciências, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física na forma Individual Presencial, e Individual Presencial Combinada com Momentos à Distância, nos períodos da manhã e tarde, totalizando 56% dos alunos matriculados na escola.

No Ensino Médio, com carga horária mínima de 1.200 horas ofertando as disciplinas de Arte, Geografia, História, LEM - Inglês, Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física na forma Individual Presencial e Individual Presencial Combinada com Momentos à Distância, nos períodos da manhã e tarde, totalizando 17% dos alunos matriculados na escola.

Dados exemplificados no gráfico a seguir:



Fonte: Arquivo Pessoal. 2022

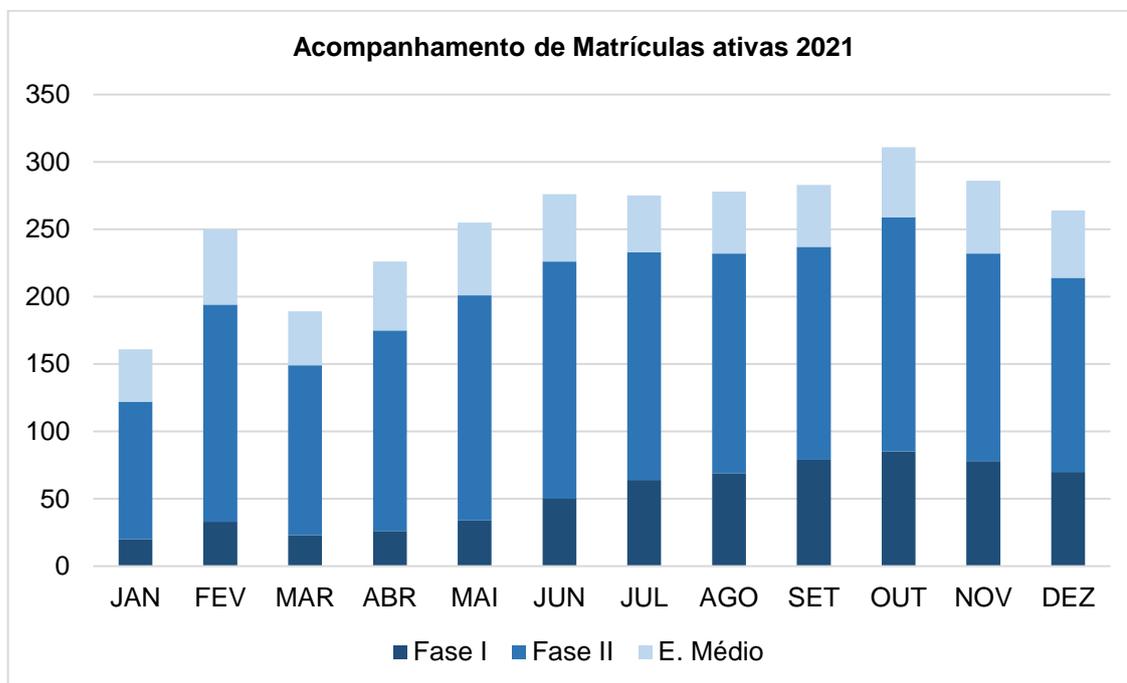
De acordo com o cronograma desenvolvido pela instituição, cada professor atende, presencialmente, a 15 horas aulas em sua disciplina, permanecendo com os alunos o dia todo. Aos que seguem a Educação 20/80, a turma funciona quase de maneira multisseriada, pois dentro da mesma disciplina podem ser encontrados alunos de 1º a 9º anos do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, o professor precisa atender de maneira individual a cada um desses alunos.

Com relação ao Novo Ensino Médio o CEEBJA Novos Horizontes ainda não segue as diretrizes, devido a Educação 20/80 e a alta rotatividade de alunos, mas espera-se que em 2023 já tenha-se pensando em alguma maneira de implantá-lo na Penitenciária.

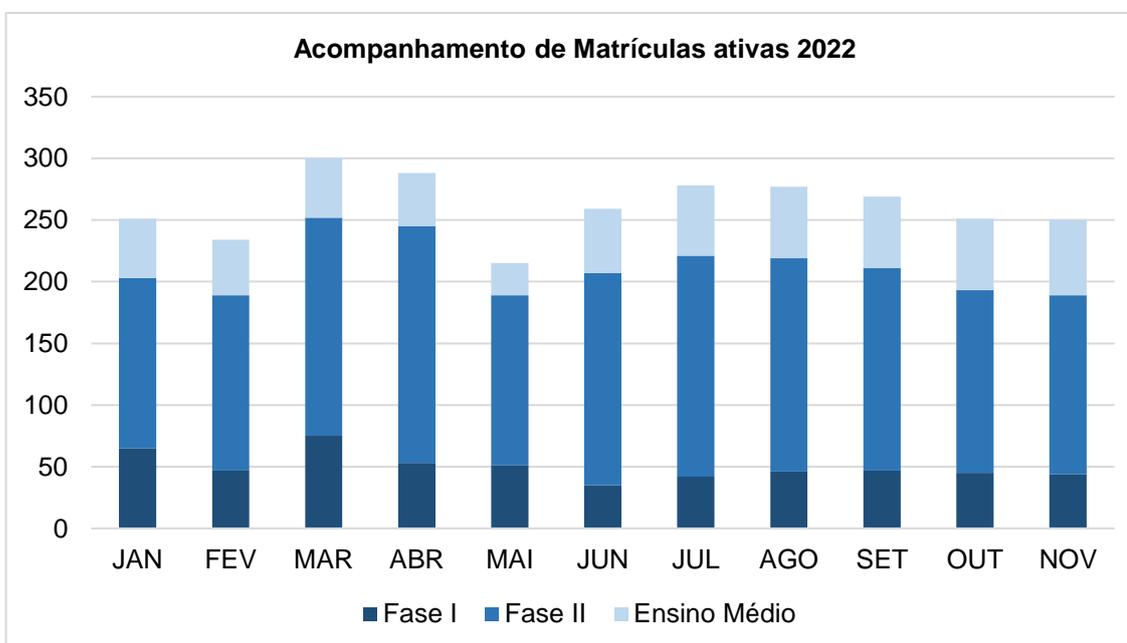
Não há monitoramento de alunos após a saída da Penitenciária, devido ao alto índice de rotatividade, mas muitos casos de sucesso da reinserção social chegam até a escola, inclusive de ex-alunos que concluíram Ensino Superior depois de libertos, assim como chegam também situações de reincidência prisional, em que a escola tenta novamente intervir de alguma maneira.

Os gráficos a seguir mostram a quantidade de alunos matriculados mensalmente no CEEBJA em 2021 e 2022, bem como a sua distribuição em cada

uma das fases de ensino ofertadas. Observamos a alto índice de matrículas no Ensino Fundamental Fase II.



Fonte: Arquivo Pessoal. 2022



Fonte: Arquivo Pessoal. 2022

5.2 DIREÇÃO E EQUIPE PEDAGÓGICA

Em entrevista com a diretora do CEEBJA, que trabalha na instituição desde seu início, primeiramente como professora alfabetizadora e após 2012 como diretora, formada em Economia Doméstica e pós-graduada em Supervisão Escolar, e com a Pedagoga Educacional e a Pedagoga Penal, percebemos algumas peculiaridades desta instituição, a começar pelo ingresso dos profissionais, que conta com inscrição específica dentro do edital do concurso da SEED, necessitando pertencer ao Quadro Próprio do Magistério. Os editais específicos foram realizados em 2008, 2009, 2012, 2017 e 2021, porém para trabalhar na área é aconselhável que o educador já tenha experiência na EJA, ou modalidade de educação semelhante.

Antes de iniciarem o trabalho nesta modalidade de educação, não houve preparação específica para atuar na área, a única orientação que receberam foi dada pelos agentes penitenciários a respeito do comportamento, vestuário e protocolos a serem seguidos em determinadas situações.

Do ponto de vista da direção, a educadora apontou como maior fragilidade educacional a própria rotatividade dos apenados, seguida da movimentação específica da penitenciária, pois mesmo os alunos ficando em uma galeria separada do restante dos detentos a escola precisa seguir acima de tudo a organização interna da instituição penal, pois encontra-se dentro dela.

Para ser matriculado no CEEBJA os detentos fazem uma solicitação para a pedagoga da unidade penal, que em conjunto com a chefia de segurança avalia a situação, caso o aluno seja aprovado para a matrícula ele é trocado de galeria e passa a compor uma das turmas de alunos da escola. No início o objetivo principal é apenas sair dos cubículos e ir para uma área diferente, mas com a frequência às aulas os alunos mudam sua visão e percebem a necessidade da escola, certamente a remição da pena pelo estudo é o objetivo principal deles, mas o gosto pelo conhecimento também é observado pela diretora, além da possibilidade de melhorarem de vida. Ela aponta que até a fisionomia dos alunos se modifica depois que pegam apreço pelo aprender.

A abordagem de conteúdos ocorre de maneira diversificada, pois seguindo a Educação 20/80 a metodologia utilizada é bem eclética, além de seguir o Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná, os educadores procuram sempre trazer temas da atualidade para discussão em sala de aula, mantendo assim os alunos atualizados sobre fatores essenciais para a sociedade.

Nesta diretiva, os entrevistados esclareceram a respeito do fornecimento de material didático-pedagógico para os alunos, pois a EJA por se tratar de uma modalidade muito subjetiva da educação não possui material de ensino específico, assim os professores desenvolvem apostilas para serem trabalhadas individualmente com cada aluno. Com relação a materiais de expediente a escola fornece tudo que for necessário, uma vez que todo material que possa colocar a segurança do educador e dos alunos em risco, deve, antecipadamente, ser solicitado ao chefe de segurança que libere e acompanhe seu uso.

Uma problemática que o CEEBJA ainda enfrenta é a visão social da educação carcerária, a aceitação por parte da sociedade do direito do detento à educação ainda está em progresso, atualmente com os trabalhos externos desenvolvidos por apenados, audiências públicas e exposição de projetos, a crítica social está mudando, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido, a falta de incentivo à educação é vivenciada dentro da própria Penitenciária, muitos agentes não compartilham da ideia de direito dos detentos, mas a escola está ali para dar oportunidades a estas pessoas, pois os internos perderam apenas o direito à liberdade, temporariamente.

A organização interna dos detentos também influencia no cotidiano escolar, cada turma tem seu líder dentro dos cubículos e das galerias, muitas situações são resolvidas por esses líderes, sem necessidade da interferência dos agentes judiciários. Dentro da Penitenciária, acima de tudo os detentos prezam pelo bom convívio.

As pedagogas do CEEBJA ressaltaram ainda a importância do comportamento dos educadores, pois não podem haver julgamentos de sua parte, os detentos já receberam sua condenação, agora precisam de oportunidades para melhorar, pois em algum momento receberão sua liberdade novamente.

O trabalho externo e a remição pelo trabalho são antagonistas da educação dentro do sistema prisional, já que além do pagamento financeiro pelo trabalho, que é direcionado a uma conta bancária do detento para quando esteja em liberdade, o processo civil para remição de pena pelo trabalho transcorre sem dificuldades, enquanto a remição pelo estudo enfrenta todos os tipos de problemas. A resistência à educação ainda é forte. Devido a escola não poder fornecer retorno financeiro aos alunos, muitos acabam saindo e indo para o trabalho externo, o que colabora para rotatividade exacerbada de alunos do CEEBJA.

Conversamos ademais, sobre o histórico organizacional da escola durante os anos de seu funcionamento, de 2008 a 2010, a sala de aula era um espaço sem divisões, a partir de 2010 barras de ferro separam o professor dos alunos, o que ajudou na segurança do educador em sala de aula, mas dificultou parcialmente a aprendizagem, além disso há muito fatores externos que podem influenciar na aula como os ruídos de ferro batendo, constante abrir e fechar de portas pesadas, movimentações de agentes, tudo desperta atenção dos alunos e o professor precisa estar preparado para estas situações.

Com relação ao histórico de rebeliões, não houve nenhuma desde a criação da escola, apenas algumas tentativas de fuga, nessas ocasiões os agentes penitenciários escoltavam os professores e orientavam em tudo que deveriam fazer, sempre os deixando acompanhados, mas nenhum caso de fuga de alunos do CEEBJA foi registrado.

Além disso a organização da penitenciária e da escola depende da gestão de cada diretor da penitenciária, em muitos casos havia divergências entre as instituições e as aulas eram interrompidas por dias, mas hoje com apoio diário da SEED, essas interrupções não acontecem mais, mesmo com mudanças constantes de diretoria as aulas seguem normalmente. Os alunos entram em sala as 08:20 horas da manhã e são liberados as 16:00 horas, com 1 hora de almoço entre 11:40 horas e 12:40 horas, essa organização se deve ao fato de não haver agentes suficientes para deslocá-los até os cubículos para o horário de almoço, a esse fator também atrela-se o uso da Educação 20/80.

O grupo de profissionais que compõe a escola atualmente, atua em conjunto a um bom tempo, todos muito capacitados, adaptam-se diariamente a diversas

situações subjetivas. Primordialmente não havia espaço específico para escola e o grupo ficava onde os agentes os indicavam, muitas vezes ficando em corredores transformados em sala e espaços abertos apenas com cobertura, com muita luta a penitenciária cedeu um espaço específico para o CEEBJA, que além de sala de professores, comporta secretaria, direção, cozinha, dispensa e almoxarifado. Mudar o ambiente escolar aos poucos, através de reformas, pinturas e desenhos, influenciou os diretores da penitenciária a pintar os espaços externos também, melhorando a convivência de todos.

5.3 EDUCADORES

Em entrevista com os professores do CEEBJA Novos Horizontes, observamos que todos atuam na educação a mais de 25 anos, possuem formação específica em suas áreas de atuação, com exceção dos professores alfabetizadores, formados em Educação Física e Pedagogia.

Antes de ingressarem na educação carcerária, todos tiveram experiência com a EJA, contudo não estavam preparadas para o trabalho no cárcere, visto que não houve nenhuma formação antes do ingresso na instituição.

As fragilidades apontadas pelos professores não divergiram das apresentadas pela direção e equipe pedagógica, além da rotatividade falou-se da pouca formação destinada aos profissionais da área, a falta de informação disponibilizada durante suas graduações e a forma de organização na Educação 20/80, visto que muitos alunos têm aulas presenciais apenas 1 vez por mês, o que não é suficiente para resolver as dúvidas de todos os educandos. Adaptações curriculares são constantes, pois a abordagem educacional é muito específica e individual com cada aluno, ou seja, se uma turma tem 20 alunos, sucintamente o professor precisa de 20 planos de aula diferentes.

Sobre a periculosidade do local, tudo é muito disciplinado e controlado, os agentes ficam na porta durante toda a aula, mas a professora precisa estar sempre atenta a qualquer sinal que os alunos demonstrem para chamar, se preciso, o agente e controlar a situação, não houve casos de faltas e/ou punições graves na escola, apenas furtos de alguns pequenos materiais como canetas, lápis e régua,

mas esses casos menores foram resolvidos com os próprios líderes das galerias, que recuperaram o material. A relação com os alunos é benévola com todos, há respeito nas salas de aula, alguns professores comentaram sobre a linguagem que os alunos utilizam na sala, sendo esta sem gírias, diferente da utilizada com os demais detentos quando não estão na escola. Os alunos da Fase I do Ensino Fundamental, alfabetização, demonstram uma gratidão maior aos professores, acredita-se que isto se deva ao fato deles terem sido alfabetizados no CEEBJA.

Não há acompanhamento psicológico de nenhum funcionário da escola, contudo, houve menção de um programa de atendimentos psicológicos disponibilizado pela SEED, de maneira on-line, através de vídeo chamadas, com objetivo de auxiliar os educadores em espaços não educacionais com seu dia a dia, mas pelo entendimento não há funcionários que participem deste programa.

Com relação ao planejamento das aulas, seguem o Currículo da Rede Estadual Paranaense, livros didáticos adquiridos com outras escolas, além de dados retirados da internet, atividades impressas e apostilas direcionadas.

Muitos professores trabalham em outras escolas e percebem a visão distorcida de alguns colegas, que constantemente questionam sobre o cotidiano do CEEBJA, que não acham certo ter aula em prisões, nem disponibilização de materiais para estes alunos, ao que os educadores respondem da necessidade de possibilitar chances de melhoria de vida para estes sujeitos, pois quando retornarem à sociedade precisam no mínimo ser um pouquinho melhores do que eram. A escola de certa forma, humaniza esses alunos, há mudança no vocabulário, comportamento, ações e individualidade de cada um. Reforçou-se sobretudo a importância de chamá-los pelo nome não pelo número.

Os professores comentaram ainda sobre o distanciamento da faculdade e da realidade educacional, a própria prática do magistério os auxiliou muito mais na transição de modalidades de ensino do que o aprendido na faculdade. Devido a isso também, no CEEBJA não trabalham “novatos” na educação, pois de início a pressão de um novo ambiente é muito grande, ainda mais um ambiente como o cárcere, é necessário ter domínio de turma, de conteúdo, dinâmica de sala de aula e organização das instituições, muitas novidades juntas.

Jamais achou-se interessante a educação na prisão, não era importante, não havia necessidade, com a luta dos educadores essa ideia está aos poucos sendo abandonada, mas a caminhada ainda é longa, a valorização não é total, a escola exige muito mais movimentação dos agentes penitenciários do que seria necessário se ela não existisse. A escola é uma instituição parceira, mas ao mesmo tempo intrusa, dentro da penitenciária, ainda é preciso modificar essa visão.

6 ALUNOS TRABALHADORES – PROGRAMA MÃOS AMIGAS

Aplicou-se questionários com oito apenados que executam trabalhos externos pelo Programa Mãos Amigas, coordenado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar), Secretaria da Segurança Pública (SESP), Departamento Penitenciário (DEPEN), com interveniência da Paranaeducação.

Estes, todos do sexo masculino, com idades entre 23 e 52 anos, estudaram em algum momento de sua pena no CEEBJA Novos Horizontes, sendo que 1 concluiu o Ensino Médio, 5 pararam os estudos no Ensino Médio e 2 concluíram o Ensino Fundamental Fase II. Antes de entrarem na penitenciária, 5 tinham o Ensino Fundamental II incompleto e 3 Ensino Médio incompleto.

A maioria, entrou na escola pela remição de pena, mas com o tempo perceberam a importância da educação. Todos responderam que estudavam para buscar conhecimento, melhoria de vida, alguns apontaram o desejo de cursar faculdade e/ou curso técnico para no futuro conseguir um bom trabalho, pois mesmo não sendo suficiente para suprir a vontade de aprender, a educação fornecida pelo CEEBJA foi essencial para perceberem seus erros do passado e garantir que não os cometerão novamente.

Com relação aos métodos utilizados pelos professores, os apenados apontaram a educação mais tradicionalista e expositiva, devido as circunstâncias do espaço de sala de aula, com presença de algumas dinâmicas durante os conteúdos e muito apoio nas novas tecnologias educacionais.

Sobre as formas de aprendizagem estavam divididos, 4 aprendem mais ouvindo os professores e escrevendo, 2 preferem ouvir os professores e conversar

sobre o assunto, 1 prefere ler conteúdos escritos e 1 não prefere nenhuma maneira específica de aprendizagem.

Sobre as fragilidades que dificultam a aprendizagem, 3 responderam que não há fragilidades, 1 comentou sobre a falta de um lugar mais apropriado, 1 apontou a ausência de conteúdos atualizados, 1 a falta de concentração provocada pelos ruídos da penitenciária, 1 sobre problemas de visão e 1 sobre estagnação do ensino.

Todos responderam que se sentem seguros quando estão em sala de aula, por todos estarem em busca do mesmo objetivo que é a procura pelo conhecimento, a relação com os colegas é excelente e há parceria entre eles, uns ajudando os outros.

Relacionado a continuação dos estudos após o cumprimento da pena, todos responderam que pretendem continuar a estudar e querem se profissionalizar em alguma área através da faculdade.

Dentre as disciplinas que os entrevistados mais gostam estão: Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, Geografia, Arte, Educação Física, História e Língua Inglesa. As que menos gostam são: História, Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Arte.

Sobre a relação entre funcionários da escola e do judiciário, os apenados apontaram uma boa relação com apenas algumas situações de desentendimento do cotidiano. Elogiaram o fornecimento de materiais para estudo, comentando que a escola não deixa faltar nada que precisam.

Sobre a contribuição da educação na penitenciária para a vida dos sujeitos responderam que ela ajudou muito a se encontrarem na vida, somando conhecimentos, através da leitura conseguem remissão de pena para voltar logo às suas famílias e incentivá-las a se educarem e seguir seus sonhos também, a educação também ajudou a controlar a ansiedade de alguns apenados, melhorando seus dias dentro da penitenciária, de maneira geral todos se tornaram pessoas melhores devido a educação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação deste artigo, mostramos a necessidade de falar-se mais sobre a importância do papel dos educadores no espaço do cárcere. A educação no sistema penitenciário necessita ainda de muitas mudanças em vários sentidos.

É necessária valorização do trabalho do profissional que atua no interior deste ambiente. É principalmente através da educação que se torna viável a ressocialização do detento, contudo é preciso quebrar o paradigma que apenas o privando de seu direito à liberdade ele se transformará em um indivíduo apto a retornar para a sociedade.

Mesmo a graduação não preparando de fato os educadores a trabalharem em espaços não educacionais, eles preparam-se através da experiência adquirida com o tempo, e conseguem ofertar aos detentos uma educação, sobretudo, de qualidade, incentivadora e preparatória para a reinserção social deste sujeito. Outro ponto relevante diz respeito ao preconceito com detentos que já cumpriram a pena e voltaram para sociedade. A luta se tornou externa. Como empregar um ex-detento? Será que ele cometerá novos crimes? São questões que sempre fazemos ao nos depararmos com sujeitos nessa situação, mas a sociedade precisa dar uma segunda chance a esses indivíduos. Alguns ex-detentos voltam à penitenciária devido ao preconceito que a sociedade ainda demonstra.

É preciso repensar o número de pedagogos e educadores que atuam dentro do sistema penitenciário. Infelizmente, a educação nesse espaço ainda não é para todos, devido a questões internas e externas ao presídio. A falta de espaços educacionais específicos dentro das penitenciárias dificulta as aulas, assim como a ausência de profissionais tanto da educação quanto do judiciário. A maioria dos educadores que não atuam dentro da prisão sente medo ao falar do assunto, principalmente pela falta de informação. Esta é a importância de se abordar, nos cursos superiores, as inúmeras atuações do profissional da educação, eliminando o paradigma de que educadores atuam apenas em ambiente escolares.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Luiz Antônio. **Um dos caminhos da educação na penitenciária de Marília/SP**. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2001. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/91258/amorim_la_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 01 maio. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado Federal: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. **Lei da Execução Penal**. Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Brasília, DF: Senado Federal: 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 01 maio. 2022.

COYLE, Andrew. **Administração Penitenciária: Uma Abordagem de Direitos Humanos. Manual para servidores penitenciários**. Londres: Internacional Centre for Prison Studies, 2002. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/portugese_hanbook.pdf. Acesso em: 01 maio.2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987. Disponível em: https://www.repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf. Acesso em: 21 maio. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf> Acesso em: 21 maio. 2022

HORA, Dayse Martins. Educação prisional: o problema do ponto de vista do currículo. *In*: MEDEIROS, Leila Lopes (Org.). **EJA e Educação Prisional**. Rio de Janeiro: Salto para o Futuro, 2007. p. 39-48. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/saltopfuturo_edprisonal.pdf. Acesso em: 14 maio. 2022.

IRELAND, Timothy. **A Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios**. Brasília: Em Aberto, 2011. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2714/2452>. Acesso em: 14 maio. 2022.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação de jovens e adultos no sistema penitenciário: notas de pesquisa sobre a experiência brasileira**. Tempe: Arizona State University, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275029728074>. Acesso: 19 maio. 2022.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Departamento penitenciário Nacional**. 2022. Relatórios contendo informações penitenciárias referentes ao estado do Paraná. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/PR>. Acesso em: 10 nov. 2022.

NOVO, Benigno Nuñez. A educação prisional como instrumento de recuperação. Âmbito jurídico. **Brasil Escola**, 2017. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-educacao-prisonal-como-instrumento-recuperacao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ONOFRE. Elenice Maria Cammarosano. A escola da prisão como espaço de dupla inclusão: no contexto e para além das grades. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 22, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/21212/12440>. Acesso em: 01 maio. 2022.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. **Ações norteadoras sobre o regimento escolar prisional do estado do Paraná**. Curitiba: SEED – PR, 2014. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/regimento_escolar_prisonal.pdf. Acesso em: 01 maio. 2022.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná**. Curitiba: SEED – PR, 2012. Disponível em: <https://feccompar.com.br/educacaoformal/docs/palnoestadu.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Novos Horizontes**. Francisco Beltrão, 2022.

SANTOS, Willian Lima. **O papel do pedagogo dentro do sistema penitenciário**. Revista Científica da FASETE. 2015. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2015/9/o_papel_do_pedagogo_dentro_do_sistema_penitenciario.pdf. Acesso em: 14 maio. 2022.

9 ANEXOS

9.1 ANEXO A – EQUIPE ADMINISTRATIVA

Questionário realizado na entrevista com a Equipe Administrativa, com finalidade de realização da pesquisa de campo direcionada à parte administrativa da instituição, analisando os aspectos e documentos legais de organização da escola.

1-Quantos alunos há na escola?

2-Comparado com o número de presidiários na penitenciária, qual é a porcentagem dos alunos que frequentam a escola?

3-Quantas turmas?

4-Como funciona a organização das turmas? Faixa etária, faixa de conhecimento, nível de aprendizagem?

5-O ensino médio já segue as normas do novo ensino médio?

6-Com relação aos professores e funcionários, quantos são?

7-Os professores são concursados?

8-É mantido algum tipo de monitoramento dos alunos que já saíram?

9-Sobre a reincidência, já houve casos de alunos que saíram e voltaram? Há muitos casos nesse sentido?

10-Durante a pandemia como que funcionou a organização das turmas e das aulas?

11-Como funciona a segurança de vocês aqui dentro? Há algum suporte psicológico, acompanhamento?

12-Vocês percebem uma manifestação diferente da sociedade enquanto funcionários dessa modalidade de ensino?

13-Há quanto tempo trabalham aqui?

14- Com relação aos documentos, quais os documentos e normativas que a escola segue?

15- Além do PPP, há algum outro documento específico que normatiza a instituição?

9.2 ANEXO B – DIREÇÃO E EQUIPE PEDAGÓGICA

Questionário realizado na entrevista com a Direção e Equipe Pedagógica, com finalidade de realização da pesquisa de campo direcionada à parte didático-pedagógica da instituição, analisando as problemáticas institucionais e a relação com o judiciário.

1-Há quanto tempo trabalham na instituição?

2-Sempre nos mesmos cargos e com mesmas competências?

3-Qual a formação acadêmica?

4-Como se deu o ingresso nesta modalidade de ensino?

5-Quando começaram houve alguma formação ou preparação direcionada para esta modalidade?

6-Como ocorre o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula?

7-Quais as principais fragilidades que dificultam o processo de ensino e aprendizagem?

8-Como os alunos que frequentam as aulas são selecionados?

9-Se pudesse escolher alguma outra modalidade de ensino, iria mudar ou permaneceria nesta?

10-A pedagogia social é presente em sala de aula? De que maneira?

- 11-Há acompanhamento psicológico para os educadores?
- 12-Como funciona a relação no cotidiano com o poder judiciário dentro da instituição?
- 13-Como ocorrem os planejamentos das aulas e quais são as fontes de pesquisa utilizadas?
- 14-Sobre o material didático dos alunos, eles recebem algum material específico?
- 15-Caso os alunos precisem fazer alguma pesquisa, por exemplo na Internet, há algum espaço disponibilizado para este fim?
- 16-Quando comentam que são funcionários desta modalidade, e desta instituição, é perceptível um olhar diferente da sociedade?
- 17-Como imaginam que aluno vê a escola? Seria uma espécie de privilégio, redução de pena, ou um fator social para reinserção, aprendizado e leitura?
- 18-Com relação às políticas públicas, quais estão presentes na instituição, há algum projeto diferente, fora do currículo?
- 19-Através das pesquisas, percebemos que historicamente as prisões são vistas como instituições de disciplina, que utilizam vigilância, muitas vezes violência e punições. Na instituição hoje, essa visão ainda precede e como a educação entra nessa situação?
- 20-Como os alunos encontram significado na escola nesse espaço, partindo do ponto de que a saída para o trabalho é mais valorizada do que a para a escola?
- 21-De que maneira a escola contribuiu para modificar a prisão e os presos?
- 22-A convivência dos alunos no presídio afeta a relação nas salas de aula?
- 23-Qual abordagem metodológica é mais utilizada em sala de aula?
- 24-A faculdade não nos prepara especificamente para trabalhar nem com a EJA nem em um espaço diferente, já que ela traz uma visão mais geral. Quando vocês iniciaram, foi um choque? Vocês procuraram alguém para conversar? Alguma instituição específica que pudesse informar como proceder, quais as regras?

25-Nesse período em que vocês trabalham na instituição, houve alguma rebelião, ou coisa nesse sentido em sala de aula ou fora dela? Qual o protocolo que o professor deve seguir nessa situação?

26-No ensino regular o professor é a autoridade máxima na sala de aula, dentro de uma instituição aonde há uma hierarquia muito forte, como se dá essa autoridade?

27-Quais profissionais compõem a equipe dos funcionários?

28-Há alunos com a chamada "identidade camaleão", que por exemplo, tem um determinado comportamento na cela e em sala de aula agem de uma maneira mais livre ou mais fechada?

29-Para eles irem para a escola eles precisam da autorização dos líderes das galerias?

30-Quais alunos mais valorizam a escola? Segundo uma pesquisa os alunos que estão sendo alfabetizados dentro do presídio são os que mais valorizam a escola, aqui isso ocorre da mesma maneira?

31-Na turma da Fase I, alfabetização, como que ocorre o processo, visto que geralmente precisamos pegar na mão do aluno para ensinar o traçado correto das letras, ou algo nesse sentido, como fazer essa mediação?

32-A organização da prisão afeta a educação na escola?

33-Vocês veem a prisão e a escola como duas instituições diferentes dentro de um mesmo local? Dentro dessa visão vocês diriam que elas são convergentes ou divergentes?

34-O funcionamento da instituição é integral? É a mesma disciplina o dia todo?

35-Na questão de Educação Física, eles saem para realizar algum esporte?

36-Há valorização do professor na instituição?

9.3 ANEXO C – EDUCADORES

Questionário realizado na entrevista com os Educadores, com finalidade de realização da pesquisa de campo direcionada às práticas metodológicas do

cotidiano da instituição, analisando os apontamentos principais realizados pelos professores sobre o dia a dia escolar e seus desafios.

1-Qual é a formação acadêmica?

2-Há quanto tempo atua como professor dentro e fora da instituição presidiária?

3-Atuam em suas disciplinas de formação específica?

4-Como começaram a trabalhar nessa modalidade e nessa instituição?

5-No início quando entraram houve alguma formação pedagógica, preparação específica direcionada para esta modalidade e para o público de alunos?

6- Como ocorre o ensino aprendizagem na sala de aula?

7-Quais são as fragilidades que dificultam o processo de ensino aprendizagem na sala de aula?

8-Sobre a periculosidade do local, como se dá a segurança de vocês em aspecto biopsicossocial, enquanto vocês estão dentro da sala de aula?

9-Como é a relação com os alunos?

10-Se pudessem escolher outra modalidade de ensino, mudariam ou permaneceriam na modalidade e na instituição?

11-Vocês realizam algum acompanhamento psicológico?

12-Como funciona o cotidiano junto com o poder judiciário?

13-Como fazem o planejamento das aulas e quais fontes de pesquisas utilizam?

14-Você sente uma percepção diferente da sociedade quando fala que é professor dessa modalidade e dessa instituição? Como reage diante a isso?

15-A educação nessa modalidade de acordo com o que você vivencia em sala de aula é vista pelos alunos como essencial para sua formação e depois para a reintegração na sociedade, ou vocês percebem que eles vão mais pela questão do parecer positivo de redução de pena ou por algum privilégio de sair da cela?

16-Como a educação contribuiu até agora para mudar, tanto o espaço da prisão, quanto os alunos?

- 17-A convivência dos alunos no presídio afeta a relação deles na sala de aula?
- 18-Qual abordagem metodológica vocês mais abordam na sala de aula?
- 19-A sala de aula é vista pelos alunos como um espaço seguro para que eles possam se expressar diante do professor e dos colegas?
- 20-Quais alunos que vocês veem que mais valorizam a escola, os que estão sendo alfabetizados ou os que já foram?
- 21-A organização da prisão afeta a organização de vocês na sala de aula?
- 22-Vocês veem a escola e a prisão como instituições divergentes ou convergentes?
- 23-Focando na faculdade, como a formação na faculdade auxilia vocês nas metodologias e na forma como ensinam hoje?
- 24-Como acontece a valorização do educador na instituição?

9.4 ANEXO D – ALUNOS TRABALHADORES

Questionário realizado com participantes do Programa Mãos Amigas, com finalidade de investigar a respeito da influência da educação fornecida pela instituição no cotidiano de alunos que concluíram seus estudos enquanto apenados.

- 1-Sexo/Idade
- 2-Por quanto tempo frequentou as aulas? Até qual etapa (ensino fundamental, ensino médio)?
- 3-O que fez você decidir estudar durante este período em que está/esteve na penitenciária?
- 4-Você acha que a educação que recebe/recebeu é essencial para sua formação humana?
- 5-Como você vê os métodos de ensino dos professores? Eles utilizam dinâmicas, atividades diferentes, ou o ensino tradicional?
- 6-De que maneira ocorre sua aprendizagem em sala de aula? Ouvindo mais, falando mais, escrevendo?
- 7-Quais fragilidades dificultam sua aprendizagem?
- 8-Você se sente seguro ao frequentar as aulas? Por quê?

- 9-Como se dá/dava a relação com seus colegas?
- 10-Quando cumprir sua pena, continuará com os estudos? Por quê?
- 11-O que você mais gosta de estudar? Por quê?
- 12-O que gosta menos? Por quê?
- 13-Como você vê a relação dos educadores com o poder judiciário? Há parceria de trabalho?
- 14-Como é o fornecimento de materiais para que você estude? Cadernos, canetas, lápis, etc.
- 15-Quando estava em liberdade você estudava? Estava em qual etapa de ensino?
- 16-Como a educação que recebeu na penitenciária contribuiu com sua vida?